



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTAVEL
Rua Aurelino José Pereira, 292
CNPJ: 13.922.638/0001-21



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PMEA) PALMEIRAS-BA

DEZEMBRO/2023



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTAVEL
Rua Aurelino José Pereira, 292
CNPJ: 13.922.638/0001-21



ÓRGÃOS SETORIAIS

MUNICÍPIO DE PALMEIRAS-BA

Praça Doutor José Gonçalves, 11, Centro, Palmeiras-BA, CEP 46980

Telefone: (75) 3332 2211

Email: secgoverno.palmeiras@hotmail.com / prefeitura.palmeiras@hotmail.com

Ricardo Oliveira Guimarães – Prefeito

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DE PALMEIRAS (SEDESP)

Rua Aurelino José Pereira, 292, Centro, Palmeiras-BA, CEP 46980-000

Email: sedesp.palmeiras@gmail.com

Priscila Machado Xavier – Secretária

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBEINTE DE PALMEIRAS (COMMAP)

Órgão setorial da PMMA

Priscila Machado Xavier – Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Rua Aurelino José Pereira, 292, Centro, Palmeiras-BA, CEP 46980-000

Email: seceducacao.palmeiras@hotmail.com

Albany Souza Sales – Secretária

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Aurelino José Pereira, 292, Centro, Palmeiras-BA, CEP 46980-000

Email: secasocial.palmeiras@hotmail.com

Elma Alencar – Secretária



Sumário

1. APRESENTAÇÃO	4
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	6
3. JUSTIFICATIVA	10
4. OBJETIVOS	12
4.1. Objetivos específicos	12
5. DIRETRIZES	13
6. METODOLOGIA	13
6.1. Eixos Temáticos	14
7. PLANO DE AÇÃO	16
7.1. Ações Propostas	16
7.1.1. Gincana Reciclação	16
7.1.2. Palestra/Seminário	18
7.1.3. Oficina	18
7.1.4. Campanhas de Sensibilização Socioambiental	19
7.1.5. Horta e Viveiro Comunitários	20
7.1.6. Caravana Ambiental	21
9. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	23
9.1. Indicadores e Mensuração	23
10. PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	24
10.1. Apresentação	24
10.2. Objetivos	25
10.3. Linguagem	26
10.4. Implementação	26
10.5. Metodologia	27
10.6. Conclusão:	32
11. CRONOGRAMA EXECUTIVO	33
12. CONCLUSÃO	34
13. CORPO TÉCNICO	34
14. REFERENCIAS	34



1. APRESENTAÇÃO

A Educação Ambiental pode ser um dos mais importantes processos de formação de uma sociedade que prima pela conservação do planeta, em seu mais amplo sentido. Isso pode ser constatado pelo surgimento de diversos mecanismos legais e institucionais no País e no mundo nas últimas décadas.

No Brasil, a Educação Ambiental foi formalmente instituída pela Lei Federal de nº 6.938/1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Esta lei foi um marco histórico na institucionalização de defesa da qualidade ambiental brasileira.

Nela, a Educação Ambiental é apresentada como um dos princípios para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, bem como para assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, estabelecendo a promoção da “educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, com o objetivo de capacitá-la para a participação ativa na defesa do ambiente”.

A Constituição Federal de 1988 (art. 225) estabelece como incumbência do Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.281/2002, atribuindo sua execução aos órgãos e às instituições integrantes do SISNAMA; instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino; órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Segundo a Lei Estadual nº 12.056/2011, por Educação Ambiental entende-se o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra.

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.975/1999) estabelece que é dever das empresas e entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.



Assim, o Plano Municipal de Educação Ambiental tem por objetivo proporcionar ações de educação ambiental junto aos cidadãos residentes no território municipal, abrangendo a sua inserção no processo de licenciamento ambiental, visando aumentar o nível de conhecimento e proteção ambiental de ecossistemas regionais, assim como maximizar os benefícios socioambientais necessários à conservação e preservação ambiental.

Segundo MENDONÇA (2005), a preocupação do homem com a natureza adquiriu importância e ocupa lugar de destaque nas discussões de diferentes organizações sociais da atualidade. A realidade das condições ambientais e de qualidade de vida dos homens está comprovando que este emergir da questão ambiental não é simplesmente obra do acaso.

No entanto, a melhoria ambiental requer tempo, motivação, perseverança, educação, conscientização e mudança de comportamento. A Agenda 21 estabelece o compromisso de intervir nas questões socioambientais em busca de um mundo ecologicamente mais saudável e socialmente justo. Além disso, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum do povo e necessário à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de resguardar a gerações presentes e futuras e protegê-la. Confrontado com esta legislação, e sabendo que à medida que o ser humano aumenta a sua capacidade de intervenção na natureza para satisfazer necessidades e desejos crescentes, surgem conflitos quanto ao uso ou exploração adequada do meio ambiente.

Deste modo, o problema da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que nele se configuram.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, e de acordo com Kitamura (1993) entende-se como Desenvolvimento Sustentável o conjunto de ações que promovam a satisfação das necessidades das gerações presentes, sem comprometer as possibilidades de as futuras gerações satisfazerem suas necessidades.

Assim, as dimensões referidas pelo conceito de desenvolvimento sustentável incluem aspectos econômicos, aspectos biofísicos e componentes sociopolíticos, servindo de referência para a interpretação do mundo e permitindo a intervenção na lógica predatória vigente.

Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.



Desta forma, a relação entre ambiente e educação cívica assume um papel cada vez mais desafiante, exigindo a emergência de novos conhecimentos para compreender processos sociais cada vez mais complexos e riscos ambientais acrescidos. Cidadania é sobre identidade e pertencimento a uma comunidade.

A educação ambiental como prática de ser cidadão remete a uma nova observação da relação do homem com a natureza e a uma nova ética que exige outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e as pessoas. Nesse sentido, a educação para a cidadania estimula as pessoas a transformarem diversas formas de participação em potenciais agentes de renovação social e de ampliação do controle social das obras públicas em setores menos mobilizados.

Trata-se de criar condições para o desmonte da cultura política dominante e para uma nova proposta social baseada na educação participativa. O desafio de fortalecer a cidadania para toda a população se concretiza com a possibilidade de que todos se tornem corresponsáveis pela proteção da qualidade de vida.

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. O desafio é o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal.

Como a educação ambiental perpassa por vários campos do conhecimento, deve ter acima de tudo, uma abordagem multidisciplinar. Assim, as noções e os conceitos utilizados podem ser originários de várias áreas do saber.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de Palmeiras está situado no Estado da Bahia, no território da Chapada Diamantina, na mesorregião do centro-sul baiano, encontra-se inserido na parte superior da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, que representa a maior bacia de rio inteiramente estadual.

De acordo com o último censo, a população de Palmeiras era de 10.339 habitantes (IBGE, 2023) distribuídos predominantemente na sede e no Distrito de Caeté-Açú. O clima é classificado como seco a subúmido, com variações devido à Serra do Sincorá. Conta com diversos recursos hídricos nas áreas dos vales e o balanço hídrico pode variar de acordo com as características climáticas da região. Palmeiras possui uma diversidade



de ecossistemas e uma vegetação variada, incluindo Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e outros tipologias. Além disso, possui também sítios de arte rupestre, testemunhos da presença humana na região antes da colonização.

O município está intrinsecamente envolvido com o turismo natural da região, pois possui várias unidades de conservação ao seu redor e em seu perímetro, sendo elas: Parque Nacional da Chapada Diamantina, APA Marimbus-Iraquara, Parque Natural Municipal do Morro do Pai Inácio, Parque Natural Municipal do Riachinho, Parque Natural Municipal do Boqueirão, Monumento Natural Municipal da Carrapeta e Reserva Particular do Patrimônio Natural Córrego dos Bois.

A atividade turística movimenta a maior parte de sua economia, contando secundariamente com atividades de produção agropecuária em menor escala. Atualmente, devido ao interesse nas terras próximas a essas áreas conservadas, a especulação imobiliária também tem se destacado como atividade econômica, contudo, o parcelamento do solo em Palmeiras necessita de intervenção constante para evitar danos futuros ao meio e às pessoas que vivem nas áreas de influência de cada empreendimento.

Com uma população próxima aos dez mil habitantes, o município tem áreas pouco ocupadas destinadas às UCs de proteção integral e em zonas com pouca viabilidade para a produção agropecuária, que apresentam restrições climáticas ou geológicas. As UCs de proteção integral são áreas extremamente relevantes no contexto municipal agregando valor turístico e ecológico à cidade, impactando diretamente na renda da população diretamente inserida nesse contexto turístico.

Devido a esse valor agregado, Palmeiras promove e participa de discussões ambientais em espaços dialógicos e deliberativos não só no próprio âmbito municipal, mas no âmbito estadual e federal junto às instituições Inema e ICMBio, respectivamente.

Nesses espaços são discutidos diversos temas relacionados às questões ambientais locais, tais como incidência de bioma e vegetação protegida, espaços territoriais protegidos, uso dos recursos naturais, fontes alternativas de energia, atividades potencialmente poluidoras etc. Nesse ínterim, a abordagem desses temas específicos na execução deste plano é de extrema importância no envolvimento da população, que se reconhecerá e reconhecerá os problemas incidentes no seu dia a dia, bem como as suas possíveis intervenções e soluções.

Planejar o desenvolvimento municipal sustentável, com vistas à mitigação dessas pressões sobre o meio ambiente, pressupõe a utilização de um conjunto de instrumentos, articulações estratégicas e outras engenharias de governança, de forma a orientar a melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas no



território, otimizando o aproveitamento dos recursos humanos e econômicos disponíveis, conservando os recursos naturais existentes e recuperando parte do que foi degradado. É fundamental ao desenvolvimento do município controlar os impactos territoriais (negativos) das atividades públicas e privadas sobre os recursos naturais, evitando a subutilização dos espaços já com infraestrutura e a degradação urbana.

A gestão municipal deve promover a participação social, garantindo, nos processos de planejamento, o envolvimento de múltiplos atores e sua atuação, através de arranjos de cooperação e de parceria, na implementação do que foi planejado, de forma a assegurar a transformação da realidade local, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. O Plano Municipal de Educação Ambiental deve partir dessas premissas e ser encarado como mais um instrumento de integração e de inclusão da variável ambiental ao sistema de planejamento municipal.

Nesse sentido, o Plano deverá ser capaz de fornecer subsídios para a inserção de um olhar mais dinâmico e sensível das pessoas sobre as UCs, o desmatamento em zona de mata atlântica, o licenciamento ambiental, o gerenciamento dos resíduos sólidos, o tratamento e a disposição de efluentes, o uso dos recursos naturais do município, prioritariamente os recursos hídricos, com destaque para o Zoneamento Ecológico-Econômico como norteador do desenvolvimento local responsável devendo ser, além de tudo, um elemento motivador da disseminação de sua elaboração pelos municípios da região.

Para a região da Chapada Diamantina, mais especificamente o município de Palmeiras-BA, é essencial adaptar as ações de educação ambiental ao contexto local e aos eixos temáticos definidos no PEEA-BA (Programa Estadual de Educação Ambiental da Bahia).

Nesse contexto, é necessário desenvolver programas e ações de educação ambiental que considerem os aspectos locais, os recursos disponíveis e as necessidades específicas da comunidade. Embora não exista uma solução única para todas as situações, é fundamental promover a conscientização da população sobre a importância da participação ativa na busca por um ambiente melhor administrado e conservado.

A escola desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo o ponto de partida para a educação ambiental. Ao sensibilizar as crianças sobre a importância de atitudes corretas em relação ao meio ambiente, elas podem influenciar suas famílias e se tornar agentes de mudança ambiental no futuro. Além disso, é importante considerar que a condição social e econômica dos cidadãos também desempenha um papel importante na receptividade à educação ambiental.

Torna-se, então, evidente a necessidade de soluções e ações educacionais para enfrentar esses problemas ambientais crescentes. A resposta para tais desafios reside



na implementação de um programa abrangente de educação ambiental, envolvendo todas as partes interessadas, incluindo a população em geral e as autoridades municipais, estaduais e federais. A educação ambiental deve ser considerada como um processo político, no qual são analisadas as relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre os seres humanos, com o objetivo de superar mecanismos de controle e dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos.

Como a problemática ambiental é um assunto que requer discussões e principalmente ações da sociedade, do setor privado e do poder público, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Palmeiras (SEDESP), no cumprimento de sua tarefa instituída de órgão executor da Política Municipal de Meio Ambiente constituído através da Lei Municipal nº 850/2021, com o objetivo de proporcionar a consciência ambiental vem implementar a construção do Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA), compreendendo a educação ambiental em sua amplitude que envolve os fatos naturais e humanos e o conceito de ambiente como um todo.

O Plano Municipal de Educação Ambiental em sua totalidade inicia sua construção colaborativa levando em conta a necessidade da participação social e dos demais setores da gestão municipal, em especial, as Secretarias de Educação e Assistência Social, com o papel de planejar e executar juntos ações que visem integrar a sustentabilidade às ações cotidianas da população, atendendo a realidade socioambiental vivida pelos habitantes de Palmeiras, pois, se sabe que o nível de qualidade de vida, educação e renda de uma população pode interferir na maneira como as pessoas veem o meio ambiente e afetar diretamente as suas ações de sustentabilidade, tornando essencial essa articulação setorial.

Este documento propõe ações planejadas para engajar os movimentos socioambientais existentes, percebendo a Educação Ambiental como transformação democrática e participativa. Este plano traz também diretrizes e programas em consonância com o Programa Estadual de Educação Ambiental do estado da Bahia (PEEA-BA) que vem sendo construído e realizado no anseio de atender as necessidades das comunidades e do meio ambiente dentro do conceito de sustentabilidade.

O principal objetivo da Educação Ambiental consiste em propiciar, estimular, incentivar, apoiar a educação individual e coletiva voltada à recuperação, conservação e melhoria da qualidade de vida de todas as espécies. Com base nas deficiências e potencialidades dos sistemas naturais e antrópico de Palmeiras são apresentadas as diretrizes preliminares propostas para este Plano Municipal de Educação Ambiental, tendo como estrutura geral para uma política de desenvolvimento municipal:

- Gestão ambiental, cuja premissa básica consiste na conservação dos recursos naturais, em especial ênfase à proteção dos recursos hídricos;



- Gestão territorial, cujas premissas básicas consistem na distribuição espacial de atividades e infraestrutura para o alcance da sustentabilidade do município e da sua adequada inserção regional.

Importante ressaltar que este documento é um programa de âmbito municipal, o qual deverá ser monitorado e atualizado periodicamente, o que tornará o plano um processo contínuo, prevendo a avaliação e revisão do mesmo de forma articulada.

3. JUSTIFICATIVA

A atuação da educação ambiental desempenha um papel estratégico na garantia de uma comunicação efetiva com os agentes de desenvolvimento e as comunidades envolvidas. A Prefeitura apresenta programas e estudos ambientais com o objetivo de prevenir, minimizar e compensar os impactos negativos, além de potencializar os impactos positivos. O plano em questão tem como objetivo envolver, engajar e sensibilizar as comunidades presentes no território municipal para resolver problemas, estimulando a iniciativa, cooperação e senso de responsabilidade em relação à proteção e conservação ambiental como um todo.

O Plano Municipal de Educação Ambiental visa promover ações locais para a minimização de problemas socioambientais em âmbito local e regional. Para definir os eixos temáticos do PMEa foram considerados os eixos definidos para o território de identidades da Chapada Diamantina.

Conhecer os problemas existentes no contexto social e sensibilizar a sociedade são fundamentais para a prevenção, participação e mudança de atitudes. É igualmente importante formular ações educativas e integrá-las a todos os segmentos da sociedade por meio de um programa que sirva como referência para diversas iniciativas e projetos de educação ambiental desenvolvidos no município.

Portanto, uma das estratégias para resolver os problemas socioambientais do município é avançar em direção ao desenvolvimento de uma cidade saudável, socialmente justa e ecologicamente segura, tendo como base a Política Municipal de Meio Ambiente, Lei Municipal nº 850/2021, e o PEEA-BA.

As ações ambientais realizadas por instituições de ensino, pesquisa científica, organizações não governamentais (ONGs), empresas e departamentos municipais têm ocorrido de forma separada, sem uma articulação institucional mais ampla que otimize esforços e estructure atividades para uma governança sustentável.



A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SEDESP), responsável por executar a política ambiental, em conjunto com os demais órgãos da prefeitura, em especial as Secretarias de Educação e de Assistência Social, contam com equipe técnica e estrutura física próprias para apoiar, incentivar, organizar, sistematizar e formular essas iniciativas e projetos. O objetivo é desenvolver ações que melhorem as condições socioambientais e a qualidade de vida da população, despertando a responsabilidade em todas as atividades locais entre os participantes envolvidos nas mudanças globais.

DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

A proteção e recuperação da natureza e a procura de uma melhor qualidade de vida para a população, aliada à inclusão dos investimentos necessários ao desenvolvimento sustentável do município são os princípios orientadores na definição das prioridades e medidas do plano. Outro fator significativo é que algumas ações dependem não só da Sedesp e demais setores da prefeitura, mas dos conselhos envolvidos e de toda a sociedade e, portanto, nem todas as ações terão prazos fixos, uma vez que o seu desenvolvimento só terá sucesso em colaboração com outras partes e entidades que possam garantir a celeridade da sua implementação ou atrasos.

Embora os instrumentos de gestão ambiental e a legislação vigente apresentem algumas questões fundamentais, cabe à prefeitura priorizar questões relacionadas à realidade local e às necessidades mais urgentes da população.

Entre as prioridades podemos destacar:

1. Fiscalização das atividades potencialmente poluidoras no município;
2. Proteção dos mananciais hídricos, das áreas adjacentes as nascentes dos rios que banham o município e seus cursos d'água;
3. Implantação total da coleta seletiva do lixo domiciliar no meio urbano;
4. Redução dos impactos ambientais promovidos pelo descarte inadequado dos resíduos sólidos e desmatamento;
5. Identificação, proteção/conservação e monitoramento dos ecossistemas existentes no perímetro urbano e rural do município;
6. Monitoramento, recuperação, proteção e fiscalização das áreas de preservação;
7. Recuperação e reutilização de áreas degradadas passíveis de recuperação;
8. Identificação, monitoramento e fiscalização de ativos e passivos ambientais;



4. OBJETIVOS

O objetivo do Plano Municipal de Educação Ambiental previsto para o Município de Palmeiras é orientar e fortalecer ações e programas setoriais de educação ambiental e sua rica e complexa diversidade no município, de forma a atender as demandas da sociedade, atuando como mecanismo de participação das comunidades inseridas no município bem como agir como fonte de informação quanto à aplicação e importância da EA, sendo esta uma ferramenta do cumprimento da legislação ambiental, alinhando-se com a Política Estadual de Educação Ambiental, Lei nº 12.056/2011 e as Resoluções Cepam nº 4.610/2018 e 4.671/ 2019.

4.1. Objetivos específicos

- Estabelecer uma política de capacitação e treinamento dos membros de conselhos, gestores e técnicos municipais de meio ambiente, tendo em vista a estruturação dos órgãos municipais de meio ambiente e a necessidade de desenvolver a capacidade para implementação da EA no município;
- Orientar os membros, gestores e técnicos municipais, bem como as comunidades inseridas no município sobre os aspectos relacionados ao meio ambiente e importância da preservação dos recursos naturais;
- Assegurar que os envolvidos no desenvolvimento e execução do plano municipal de educação ambiental, bem como a população, desenvolvam práticas e comportamentos ligados à preservação e conservação das diversas dimensões ambientais naturais e sociais;
- Orientar a comunidade quanto:
 - Aos riscos e consequências do desmatamento;
 - Aos riscos e consequências da disposição inadequada de resíduos sólidos;
 - A importância da coleta seletiva;
 - A importância da preservação das UCs municipais e áreas de preservação permanentes.
 - Oferecer oportunidade aos moradores das comunidades de adquirirem conhecimentos, valores, atitudes, compromissos e capacidades necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente;



- Indicar medidas que possam prevenir a degradação do meio ambiente;
- Aos riscos e formas de prevenção de incêndios florestais e noções básicas de primeiros socorros – atendimento pré-hospitalar (APH).

5. DIRETRIZES

As ações deste PMEa se basearão nas diretrizes propostas, as quais foram definidas com o intuito de garantir a integração sociedade - gestão pública - ambiente e a transversalização da Educação Ambiental em todas as formas possíveis nos diversos segmentos da sociedade, fortalecendo assim o Plano proposto, partindo da contextualização local de diversidade de organização social, ambiental e econômica.

As diretrizes aqui propostas pensadas para nortear as ações e tratar a complexidade do programa são:

- A promoção da mitigação do impacto ambiental no município;
- O incentivo aos meios de comunicação para fomentação de reflexões críticas a respeito da educação ambiental e das questões socioambientais;
- A promoção da comunicação bilateral e interativa entre a gestão, a comunidade e os órgãos competentes pela execução das políticas, ações, programas e projetos socioambientais e de educação ambiental;
- A disseminação da educação ambiental de forma ampla, através da utilização de materiais e instrumentos apropriados aos diversos públicos que pretende alcançar, como: grande mídia, jornais, rádios comunitárias, jornais, folders, cordel, quadrinhos, internet e outros meios de comunicação.

6. METODOLOGIA

O Plano Municipal de Educação Ambiental de Palmeiras-BA, será implementado por meio de metodologia dialógica e participativa, envolvendo discussões aprofundadas com a equipe técnica de Educação Ambiental e a população local. O plano abrange a dimensão da Educação Ambiental no município e nas comunidades, fornecendo apoio para o desenvolvimento de políticas e programas municipais de educação ambiental.



Isso pode incluir assessoria técnica, disponibilização de materiais orientativos e apoio financeiro para a realização das ações. O objetivo é promover uma atuação conjunta e aproveitar as sinergias para melhorar a qualidade de vida das populações locais.

O trabalho realizado nas comunidades busca consolidar a conscientização ambiental entre os moradores de Palmeiras, contribuindo efetivamente para a melhoria dos padrões de qualidade de vida e a otimização dos resultados. O plano baseia-se nos princípios das responsabilidades individuais, coletivas e governamentais, incentivando a participação ativa das comunidades na proposição e implementação de ações que impactam o seu cotidiano.

Serão desenvolvidas atividades para agentes multiplicadores locais, envolvendo a participação da população e das escolas no acompanhamento dos Programas Ambientais. A proposta de trabalho enfoca a autogestão comunitária e busca estabelecer um diálogo entre a equipe técnica do programa e os atores locais para construir um plano de ação local que seja um instrumento da comunidade no enfrentamento de problemas e potencialidades identificados por meio de um diagnóstico participativo.

O diagnóstico participativo será elaborado pelos participantes, através de dinâmicas que identifiquem as principais questões ambientais na área, especialmente aquelas relacionadas ao saneamento, como abastecimento de água, esgotamento sanitário e descarte de resíduos, além de outras questões específicas do local, como práticas agrícolas com uso de agrotóxicos, caça, desmatamento e queimadas. Esses temas serão classificados pelos participantes em termos de sua magnitude, permitindo a identificação das prioridades da comunidade para a minimização de seus efeitos.

É importante ressaltar que o diagnóstico será construído a partir da perspectiva dos participantes, e com base nele serão propostas ações de intervenção, definindo as responsabilidades de cada grupo de agentes sociais. Além de qualquer projeto a ser desenvolvido, essa fase de intervenção nas comunidades visa conhecer e valorizar o conhecimento local existente, destacando a riqueza que deve ser aproveitada para promover as mudanças desejadas no âmbito local.

6.1. Eixos Temáticos

Os eixos temáticos a serem trabalhados neste Plano foram concebidos com base nas áreas temáticas definidas na Política Estadual de Educação Ambiental PEEA-BA, Lei Estadual 12.056/2011. Para que o Plano tenha sucesso, as estratégias devem ser inspiradoras e atrativas para o público-alvo, estabelecendo a relação gestão-



comunidade e facilitando a realização da articulação necessária à execução do plano bem como a perpetuidade das ações.

Na definição dos temas escolhidos, considerou-se também o disposto no anexo I do PEEA-BA, que traz como temas-chave para o território de identidade da Chapada Diamantina, onde o empreendimento está inserido, os seguintes além dos já definidos:

- Desmatamento;
- Queimadas;
- Mineração;
- Manejo dos recursos hídricos;
- Saneamento ambiental;
- Caça predatória;
- Geração de renda e meio ambiente;
- Fortalecimento das organizações da sociedade civil, em especial os brigadistas;
- Capacitação dos conselheiros municipais do meio ambiente e integrantes de entidades ambientalistas;
- Espécies ameaçadas de extinção e endêmicas;
- Sistema Municipal de Comando de Incidentes (SMCI).

A PEEA-BA, traz, em seu Art. 6º que as ações de Educação Ambiental devem priorizar as seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - Formação e capacitação de pessoas;
- II - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - Produção e divulgação de material educativo;
- IV - Acompanhamento e avaliação continuada;
- V - Disponibilização permanente de informações.

As ações serão realizadas a nível municipal, articuladas, sempre que possível, com o Plano Municipal de Meio Ambiente pré-existente; com as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Turismo e Assistência Social; com Conselho Municipal de Meio Ambiente; com a Defesa Civil Municipal e Estadual; e com as Associações e organizações sociais presentes no município. Nesse sentido, a proposta deste Plano é apoiar o desenvolvimento das políticas e programas de educação ambiental existentes no



município, que pode ocorrer por meio da assessoria técnica, de disponibilização de equipe técnica e materiais para orientadores e fomento financeiro para realização das ações.

Os eixos temáticos seguiram o formato proposto pelo PEEA-BA incluindo as considerações do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Palmeiras (COMMAP), de modo que as estratégias e temas-chave para o território estão distribuídos conforme o nível de atuação.

As atividades deste PMEPA poderão ser realizadas tanto no âmbito da educação formal, quanto da não-formal, de maneira que se integre nos espaços onde melhor for articulada e que atinja o máximo de pessoas possível.

7. PLANO DE AÇÃO

7.1. Ações Propostas

Do ponto de vista metodológico, o plano foi desenvolvido de maneira alinhada ao PEEA-BA, visando atender ao máximo a participação da comunidade em suas ações, cujas estratégias foram pensadas com base na metodologia participativa, onde haverá a participação da comunidade local desde as atividades até a avaliação do plano.

As técnicas utilizadas possibilitarão um envolvimento responsável dos segmentos participantes e um enfoque interdisciplinar, entendido como o desenvolvimento de um processo de conhecimento que tem como base a interconexão entre as diferentes esferas dos saberes para a apreensão da realidade.

Assim, as atividades previstas no plano deverão seguir as propostas a seguir:

7.1.1. Gincana Reciclagem

A Gincana para Coleta e reutilização de Materiais Recicláveis na Escola: tem por objetivo promover a sensibilização e o engajamento dos alunos, pais e familiares na coleta de materiais recicláveis, incentivando a prática de reutilização e/ou separação correta dos resíduos em suas casas e contribuindo para a proteção do meio ambiente.

Participarão dessa gincana alunos do 4º ao 9º ano, sendo separados por equipes. A gincana consiste em provas que serão elaboradas após as aulas, os alunos se reunirão em outros períodos (para não atrapalhar o fluxo das aulas) ou nos intervalos para



confeções das provas pelo período de quatro semanas, ao final será reunido as equipes na própria escola no período das aulas para competição.

Será dividido os alunos em equipes por sorteio, os mesmos terão que escolher o nome para representar a equipe por cores ou nomes relacionados à sustentabilidade (por exemplo: Equipe Verde, Equipe Azul, Equipe Recicla+). A cada semana os professores passarão as provas, e as equipes as realizarão, juntando todas para competição final.

Provas da Gincana:

- Confeção de uma roupa toda produzida por materiais reciclados;
- Coreografia com tema sustentabilidade;
- Produção de três tipos de artesanatos recicláveis (1 brinquedo, 1 objeto, 1 acessório);
- Parodia com tema sustentabilidade;
- Coleta de materiais recicláveis, (Serão aceitos itens como papel, plástico, vidro e metal).
- Oficina de confeção de PEVs e lixeiras recicladas/reutilizadas.

Os professores e funcionários da escola devem acompanhar o processo, oferecendo suporte e orientações aos alunos e suas famílias.

Atividades extras para o dia da gincana:

Estação de Reciclagem Criativa: As equipes apresentarão os artesanatos e objetos produzidos por eles.

Corrida Ecológica: As equipes competirão em uma corrida de revezamento, onde cada participante terá que recolher e descartar corretamente diferentes tipos de resíduos em lixeiras específicas. OBS: cada equipe ficará responsável pela elaboração de uma lixeira, sendo sorteado a cor que cada equipe ficara responsável.

Desafio do Quiz Ambiental: Cada equipe responderá a perguntas sobre tópicos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade. Pontos extras serão concedidos para respostas detalhadas.

Concurso de Moda Ecológica: As equipes utilizarão os trajes produzidos por materiais recicláveis confeccionados nas provas anteriores. Um desfile será realizado para mostrar suas criações e serão avaliados critérios como originalidade, estética e sustentabilidade.

OBS: A escola ficara responsável por determinar três jurados que terão que ser imparciais em relação as provas e as equipes, para julgar e votar em cada prova, sendo um jurado indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de



Palmeiras, um pela Secretaria Municipal de Educação e outro pela comunidade. A cada prova os alunos receberão as notas, mas só ao final da última prova saberão quem foi a equipe vencedora.

Premiação: um passeio para uma das unidades de conservação municipais ou Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Mensagem sobre a sensibilização da proteção do meio ambiente: "Reciclar é uma atitude que faz a diferença! Cada material separado corretamente é um passo importante para a preservação do meio ambiente. Ao coletar e reciclar, estamos evitando o desperdício de recursos naturais e ajudando a reduzir a poluição. Vamos juntos, alunos, pais e familiares, agir de forma consciente, pensando no futuro do nosso planeta. Cuidar do meio ambiente é uma responsabilidade de todos. Seja um agente de mudança e faça parte dessa Reciclação!"

7.1.2. Palestra/Seminário

Com caráter informativo, formativo e capacitivo, palestra com duração média de duas horas, realizado com o intuito de disponibilizar ao município as principais informações sobre os temas relacionados aos eixos temáticos. Nessa palestra/seminário os assuntos serão abordados conforme o público, podendo utilizar atividades lúdicas, tais como teatro, musicais etc.

7.1.3. Oficina

Na oficina realiza-se o diagnóstico de cada comunidade para identificação dos temas mais importantes localmente e explora-se mais profundamente o tema da educação ambiental, além de exemplificar como tomar atitudes que fazem a diferença no município e nas comunidades para promover um futuro mais sustentável. Através de atividades interativas e discussões enriquecedoras, aborda-se sobre a importância da educação ambiental e proporciona a descoberta de maneiras práticas de implementar mudanças positivas no cotidiano. As metodologias que podem ser utilizadas para as oficinas são: confecção de mapas mentais, árvore de problemas, confecção de maquetes e outros produtos visuais de sensibilização da comunidade, materiais de divulgação de informações, treinamentos de primeiros socorros, de combate a incêndios etc.

A seguir estão elencados alguns temas que podem ser trabalhados nas oficinas:

- Identificação e compreensão dos ecossistemas presentes na região;
- Valorização da biodiversidade e sua importância para a estabilidade dos ecossistemas;



- Exploração das interações entre seres vivos e ambiente, destacando a importância dos serviços ecossistêmicos;
- Sensibilização sobre o ciclo de vida dos produtos e seus impactos ambientais;
- Discussão sobre os princípios do consumo consciente, como a redução, reutilização, reciclagem e reuso;
- Apresentação de dicas práticas para reduzir o desperdício e adotar hábitos sustentáveis em relação aos resíduos;
- Exploração das maneiras de conservar e utilizar recursos naturais, como água e energia;
- Apresentação de técnicas de economia de água, como reuso e captura de água da chuva;
- Uso eficiente da energia e a geração de energias renováveis;
- Incentivo à participação ativa da comunidade na promoção da sustentabilidade;
- Sugestão de formas de engajamento, como educomunicação, a criação de projetos comunitários e a participação em campanhas de sensibilização;
- Destaque para a importância de compartilhar o conhecimento adquirido e inspirar outras pessoas a adotarem práticas sustentáveis;
- Realização de uma atividade prática de planejamento de ações sustentáveis para aplicar nas comunidades;
- Discussão em grupos para identificar desafios locais e propor soluções criativas;
- Apresentação e compartilhamento das ideias, promovendo o trabalho colaborativo.

7.1.4. Campanhas de Sensibilização Socioambiental

Utilizar um carro de som é uma ótima maneira de alcançar um grande número de pessoas e transmitir mensagens socioambientais de forma eficaz tanto para a sensibilização ambiental quanto para mobilizá-las e convocá-las para alguma ação. Deve-se utilizar uma linguagem clara e acessível, transmitindo dicas práticas que as pessoas possam aplicar em seu dia a dia.

Para a mobilização é importante informar: data, horário e local da ação (ex.: oficina ou palestra), incentivar a participação de todos, ressaltando a importância do engajamento



coletivo para alcançar resultados positivos. Além das mensagens educativas, utilizar o carro de som para transmitir mensagens de incentivo e motivação para que as pessoas façam a diferença em prol do meio ambiente funciona em comunidades pequenas que não tem alcance de rádio ou internet, por exemplo. É necessário reforçar que cada ação individual conta e que juntas as pessoas podem criar um futuro mais sustentável.

Salienta-se que as regras e regulamentos locais em relação ao uso de carros de som, como horários permitidos, volume adequado e áreas em que a circulação é permitida devem ser seguidas para evitar criar novos passivos ambientais na promoção da EA.

7.1.5. Horta e Viveiro Comunitários

Esses espaços comunitários são espaços coletivos no qual se pode produzir alimentos e mudas para reflorestamento por meio do trabalho voluntário de pessoas que vivem em determinado local ou região. Além disso garante às famílias uma alimentação melhor, criando hábitos saudáveis e, conseqüentemente, uma qualidade de vida melhor. Também pode ser uma fonte de atividade física e de lazer. A horta/viveiro comunitário deve ser desenvolvido em conjunto em todas as fases. É importante que todos participem trocando conhecimento e dando ideias.

Tanto a horta quanto o viveiro comunitário podem ser elaborados nas escolas ou em espaços públicos com apoio da associação: Apresentar a ideia da horta/viveiro comunitário para a associação e solicite o apoio e envolvimento dos membros. Explicar os benefícios da horta, como a produção de alimentos frescos, introdução de PANCS na alimentação da comunidade, a promoção da saúde, o fortalecimento do senso de comunidade e a oportunidade de aprendizado, bem como a necessidade de reconhecer e identificar as espécies dos ecossistemas da região, as áreas degradadas, os locais públicos para arborização, a promoção da qualidade do ar e de vida.

Para organizar esse espaço comunitário é necessário:

- Identificar um local adequado: Procurar um espaço na comunidade que seja adequado para a implantação da horta e/ou do viveiro, levando em consideração a disponibilidade de luz solar, acesso à água e segurança.
- Organizar uma reunião: Realizar uma reunião com os membros da associação e outros interessados na horta/viveiro comunitário. Discutir sobre o planejamento, as responsabilidades, os recursos necessários e as tarefas que precisam ser realizadas para estabelecer e manter o espaço.



- Definir as responsabilidades: Distribuir as responsabilidades entre os participantes, como preparar o solo, cuidar das plantas, regar, colher, controlar pragas, entre outras tarefas. Estabelecer um cronograma para garantir que as responsabilidades sejam cumpridas de forma adequada.
- Providenciar os recursos necessários: Verificar quais recursos serão necessários, como ferramentas, sementes, mudas, adubos, materiais de irrigação, cercas de proteção, entre outros. A associação pode ajudar na obtenção desses recursos, seja por meio de doações, parcerias com empresas locais ou busca de financiamento.
- Preparação do solo: Preparar o solo da área destinada à horta/viveiro, removendo as ervas daninhas, descompactando-o e adicionando matéria orgânica, como composto ou esterco.
- Plantio e cultivo: Decidir juntos quais culturas serão plantadas, levando em consideração as preferências da comunidade e a viabilidade das espécies na região. Realizar o plantio de acordo com as recomendações técnicas, cuidando das plantas com rega adequada, adubação e controle de pragas.
- Monitoramento e manutenção: Estabelecer um sistema de monitoramento da horta/viveiro, verificando regularmente o crescimento das plantas, identificando possíveis problemas e tomando as medidas necessárias para garantir o bom desenvolvimento das culturas e espécies.
- Engajamento da comunidade: Promover a participação da comunidade na horta/viveiro, realizando eventos de educação ambiental, workshops, palestras ou atividades práticas relacionadas à agricultura e paisagismo urbano. Incentivar a comunidade a utilizar os alimentos produzidos na horta, promovendo uma alimentação saudável e consciente; e no viveiro, garantindo um ambiente mais arborizado e equilibrado.
- Avaliação contínua: Realizar avaliações periódicas do projeto, identificando o que está funcionando bem e o que pode ser melhorado. Fazer ajustes conforme necessário e manter uma comunicação constante com a associação e a comunidade para garantir o sucesso contínuo do espaço comunitário.

7.1.6. Caravana Ambiental

A Caravana Ambiental é uma ação que tem como objetivo sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação e conservação ambiental. A iniciativa utiliza a linguagem



teatral para motivar a transformação social. A Caravana faz suas apresentações principalmente em espaços públicos, como escolas, praças, feiras, eventos etc. de grande circulação. É importante articular esta ação com os artistas locais para valorizar a cultura e engajar as pessoas.

A ação tem como objetivo levar à sociedade os temas de EA e despertar a consciência das pessoas sobre as atitudes que podem ser tomadas na transformação de suas realidades.

8. RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMEA

A implementação das ações propostas nesse Plano é um esforço coletivo tanto para os gestores municipais, quanto para todas as instâncias que atuam na gestão socioambiental do município.

É fundamental a ampla divulgação do Plano e a sensibilização dos moradores e parceiros sobre a importância de sua implementação para que este instrumento se torne um efetivo orientador para as ações de sensibilização e conservação. Os demais órgãos que atuam no município também deverão observar os objetivos e ações definidas no PMEA.

Seguem algumas recomendações que podem contribuir para a implementação deste plano:

- Garantir recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUMMAP) para aplicação em ações definidas no PMEA;
- Realizar articulações com entidades socioambientais, profissionais locais, instituições de ensino regionais etc. para apoio e realização das ações propostas;
- Estabelecer que o COMMAP, por meio de câmara técnica, seja uma instância permanente de monitoramento da implementação das ações propostas no PMEA;
- Realizar o plano de comunicação social para divulgar as ações do PMEA;
- Utilizar o PMEA como orientador para o estabelecimento das condicionantes exigidas nos processos de licenciamento.



9. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A avaliação e monitoramento contínuo do Plano Municipal de Educação Ambiental são essenciais para acompanhar o progresso e realizar eventuais ajustes. A equipe responsável pelo programa trabalhará em conjunto com o público atendido para avaliar as ações e procedimentos adotados.

Durante esse processo, serão descritos detalhadamente os métodos utilizados nas ações, identificando os facilitadores e obstáculos encontrados. Será feita uma análise dos meios empregados para mitigar ou superar esses obstáculos.

A avaliação dos resultados será baseada na análise dos indicadores estabelecidos no projeto, que permitirão medir o progresso e o alcance dos objetivos propostos. Essa avaliação poderá ser realizada por meio de dados qualitativos e quantitativos, proporcionando uma visão abrangente do desempenho do programa e do sucesso das iniciativas.

9.1. Indicadores e Mensuração

Análises qualitativas:

- Feedback dos participantes: Realizar pesquisas ou entrevistas com os alunos, pais e familiares que assistiram às palestras, gincana e atividades socioambientais diversas para coletar feedback sobre o conteúdo, a relevância das informações apresentadas e o impacto percebido.
- Mudança de atitudes: Observar se houve uma mudança perceptível nas atitudes dos participantes em relação à separação de resíduos e práticas sustentáveis após a palestra. Isso pode ser verificado por meio de relatos, depoimentos ou questionários aplicados em momentos posteriores.
- Nível de engajamento: Avaliar o nível de engajamento dos participantes durante a palestra, considerando sua interação, interesse demonstrado e participação ativa. Isso pode ser observado por meio de registros visuais, como fotos ou vídeos, e também por meio de feedback direto dos palestrantes.
- Percepção das habilidades adquiridas: Avaliar se os participantes percebem que adquiriram novas habilidades práticas relacionadas à coleta seletiva e ao manejo de resíduos após participarem das oficinas e workshops.



- Comentários e depoimentos: Coletar depoimentos ou comentários dos participantes que descrevam as experiências positivas e os aspectos impactantes das oficinas e workshops.

Análises quantitativas:

- Número de participantes: Registrar (lista de presença) o número total de alunos, pais e familiares que compareceram às palestras, gincana e oficinas. Isso fornecerá uma medida inicial do alcance da ação.
- Avaliação pré e pós-palestra: Aplicar questionários antes e depois das palestras para avaliar o nível de conhecimento dos participantes sobre os temas abordados e verificar se houve um aumento significativo no conhecimento após a palestra.
- Taxa de participação em atividades subsequentes: Verificar quantos participantes das palestras, gincana e oficinas se envolveram em atividades relacionadas, como a coleta de materiais recicláveis ou a adesão a práticas sustentáveis em suas casas. Isso pode ser medido por meio de registros de participação ou por meio de questionários de acompanhamento.
- Quantidade de resíduos gerados em cada ação realizada: mensurar e identificar cada tipo de resíduo gerado em cada ação realizada do PMEPA e propor metas de redução para as próximas ações. Engajar a comunidade e demonstrar a possibilidade de redução para educar as comunidades.

Combinando essas análises qualitativas e quantitativas, será possível obter uma avaliação abrangente do sucesso da ação de palestras, gincanas e oficinas, considerando tanto o impacto percebido pelos participantes quanto os resultados tangíveis alcançados em termos de mudança de comportamento e engajamento.

10. PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10.1. Apresentação

Plano de comunicação abrangente para um programa municipal de educação ambiental. O objetivo deste programa é promover a sensibilização e a participação ativa da



comunidade local na proteção e preservação do meio ambiente. O plano de comunicação tem como foco informar, educar e engajar os cidadãos em relação às questões ambientais, incentivando a adoção de práticas sustentáveis e a preservação dos recursos naturais.

O programa municipal de educação ambiental é uma iniciativa fundamental para construir um futuro mais sustentável e saudável para nossa comunidade. Contamos com a participação ativa de todos os membros, pois juntos podemos fazer a diferença na proteção e conservação do meio ambiente.

10.2. Objetivos

Os objetivos do plano de comunicação serão:

- Sensibilizar a população sobre a importância da proteção do meio ambiente e da sustentabilidade.
- Promover a educação ambiental nas escolas municipais e na comunidade em geral.
- Engajar a população em ações práticas de conservação ambiental.
- Estimular a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano dos cidadãos e das empresas locais.

Fortalecer parcerias com organizações não governamentais, empresas e outras entidades interessadas na preservação ambiental.

Público-Alvo: O programa de educação ambiental tem como público-alvo os seguintes grupos:

- Alunos e educadores das escolas municipais.
- Moradores da comunidade local, de todas as faixas etárias.
- Empresas e empreendedores locais.
- Organizações não governamentais e entidades ambientais.
- Autoridades municipais e líderes comunitários.



10.3. Linguagem

A linguagem utilizada para a comunicação com a sociedade deverá ser clara, adequada contextualizada com a realidade local e acessível.

10.4. Implementação

Para implementação do plano de comunicação serão priorizadas as ferramentas de sensibilização acerca de temáticas ambientais, tais como: palestras, oficinas, materiais didáticos e de divulgação, mídias digitais, atividades lúdicas, artísticas etc. Essas ferramentas abrangerão todas as atividades previstas no PME.A.

A estratégia de comunicação deverá alcançar, provocar reflexão e esclarecer as dúvidas da população afim de estreitar a relação entre o empreendimento e a população das áreas diretamente afetadas.

O conteúdo básico deste Plano de Comunicação será:

Criação de uma identidade visual para o programa, incluindo logotipo, cores e elementos gráficos, que transmitam a mensagem de preservação ambiental.

Desenvolvimento de um website informativo e interativo, com seções dedicadas a temas ambientais, dicas de sustentabilidade e notícias relacionadas ao programa.

Utilização de redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter) para disseminar informações, compartilhar conteúdos educativos e promover eventos e campanhas relacionadas ao programa.

Realização de eventos e workshops nas escolas municipais, abordando temas como reciclagem, conservação da água, energia renovável e outras práticas sustentáveis.

Elaboração e distribuição de materiais educativos impressos, como cartilhas, panfletos e cartazes, em pontos estratégicos da cidade, como escolas, centros comunitários e estabelecimentos comerciais.

Parcerias com empresas locais para a promoção de ações conjuntas, como mutirões de limpeza, plantio de árvores e campanhas de coleta seletiva.

Realização de campanhas de sensibilização e conscientização, utilizando mídia tradicional (rádio, jornais locais) e mídia online, para alcançar um público mais amplo.



Orçamento: O programa de comunicação para o programa municipal de educação ambiental requer um orçamento estimado de acordo com as estratégias propostas. O valor total do investimento será detalhado em um plano financeiro mais abrangente.

Métricas de Avaliação: Para avaliar o impacto e a eficácia do programa de comunicação, serão utilizadas as seguintes métricas:

- Número de visitantes no website do programa e engajamento nas redes sociais.
- Participação e feedback dos alunos e educadores nas atividades escolares relacionadas à educação ambiental.
- Pesquisas de opinião para medir a conscientização e a mudança de comportamento da população em relação às questões ambientais.
- Número de parcerias estabelecidas com empresas, entidades ambientais e organizações da sociedade civil.

10.5. Metodologia

Metodologia para Aplicação do Plano de Comunicação:

Análise do Contexto: Realizar uma análise abrangente do contexto ambiental local, identificando os principais desafios, oportunidades e necessidades de comunicação. Compreender as características demográficas, culturais e socioeconômicas da comunidade-alvo e mapear os recursos e parceiros potenciais disponíveis.

Definição dos Objetivos de Comunicação: Com base na análise do contexto, estabelecer objetivos claros e mensuráveis para o programa de comunicação. Definir metas específicas para conscientização, engajamento e adoção de práticas sustentáveis pela população.

Identificação do Público-Alvo: Refinar a definição do público-alvo, considerando características demográficas, interesses, canais de comunicação preferidos e níveis de envolvimento atual com questões ambientais. Segmentar o público para direcionar mensagens e estratégias de forma mais eficaz.

Desenvolvimento da Identidade Visual: Criar uma identidade visual atrativa e coerente para o programa, incluindo logotipo, cores, tipografia e elementos gráficos que transmitam a mensagem de preservação ambiental. Garantir que a identidade visual seja aplicada consistentemente em todos os materiais de comunicação.

Criação de Conteúdo Relevante: Desenvolver conteúdo informativo, educativo e inspirador que seja relevante para o público-alvo. Criar textos, vídeos, infográficos e



outros formatos de mídia que abordem temas ambientais, dicas de sustentabilidade, casos de sucesso e informações sobre as atividades do programa.

Construção do Website e Presença nas Redes Sociais: Criar um website interativo e responsivo para o programa, onde o público possa encontrar informações atualizadas sobre eventos, campanhas, recursos educacionais e formas de engajamento. Estabelecer uma presença ativa nas redes sociais, compartilhando conteúdo regularmente e interagindo com os seguidores.

Realização de Eventos e Atividades: Planejar e realizar eventos, workshops e atividades práticas para envolver a comunidade, como palestras em escolas, mutirões de limpeza, feiras ambientais e plantio de árvores. Promover parcerias com escolas, empresas e organizações locais para ampliar o alcance e o impacto das atividades.

Criação de Materiais Impressos: Elaborar materiais educativos impressos, como cartilhas, panfletos e cartazes, para distribuição em locais estratégicos, como escolas, centros comunitários, estabelecimentos comerciais e eventos. Certificar-se de que esses materiais sejam acessíveis, visualmente atraentes e contenham informações claras e acionáveis.

Campanhas de Sensibilização e Engajamento: Desenvolver campanhas de comunicação integradas, tanto online quanto offline, para sensibilizar e engajar a população em relação a questões ambientais específicas. Utilizar mídia tradicional, como rádio, jornais locais, outdoors, além de estratégias digitais, como anúncios online e influenciadores digitais, para ampliar o alcance.

Monitoramento e Avaliação: Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação para medir o impacto das estratégias de comunicação. Acompanhar métricas como o aumento do tráfego no website, o engajamento nas redes sociais, o feedback do público-alvo e a participação em eventos e atividades. Realizar pesquisas periódicas para medir a conscientização e o comportamento da população em relação às questões ambientais.

Ajustes e Aprimoramentos: Com base nos resultados do monitoramento e avaliação, realizar ajustes e aprimoramentos contínuos nas estratégias de comunicação. Identificar o que está funcionando bem e o que precisa ser aprimorado, buscando sempre otimizar o impacto e a eficácia do programa de comunicação.

Essa metodologia proporciona uma abordagem estruturada e abrangente para a implementação do plano de comunicação, permitindo que o programa municipal de educação ambiental atinja seus objetivos de conscientização, engajamento e adoção de práticas sustentáveis pela população local.



Sugestão de Calendário de Conteúdo e Canais de Divulgação

Mês 01:

Canais de Divulgação:

Site do programa

Facebook

Instagram

Jornais locais

Rádios locais

Semana 1:

Post nas redes sociais: Introdução ao programa e convite para a comunidade se envolver.

Artigo no website: "Por que a educação ambiental é essencial para o nosso município".

Entrevista em uma rádio local: Apresentar o programa e suas principais iniciativas.

Semana 2:

Post nas redes sociais: Dicas de sustentabilidade para o dia a dia.

Workshop nas escolas: Abordar o tema da reciclagem e ensinar práticas corretas de separação de resíduos.

Entrevista em um jornal local: Destacar os benefícios do programa para a comunidade.

Semana 3:

Post nas redes sociais: Informações sobre a importância da preservação dos recursos hídricos.

Mutirão de limpeza: Realizar uma ação de limpeza em um local público, convidando a comunidade a participar.

Post no website: "Ações do programa: Mutirão de limpeza transforma a nossa cidade".

Semana 4:

Post nas redes sociais: Dicas para economizar energia e reduzir a pegada de carbono.

Palestra em uma escola: Apresentar conceitos de energia renovável e incentivá-los a adotar práticas sustentáveis.



Artigo no website: "Economia de energia: como pequenas ações podem fazer a diferença".

Mês 02:

Canais de Divulgação:

Website do programa

Facebook

Instagram

Jornais locais

Rádios locais

Semana 1:

Post nas redes sociais: Dicas de mobilidade sustentável, como o uso de bicicletas e transporte público.

Campanha de mídia local: Anúncios em jornais e rádios incentivando a adoção de práticas de mobilidade sustentável.

Post no website: "Mobilidade sustentável: reduzindo a poluição e promovendo um estilo de vida saudável".

Semana 2:

Post nas redes sociais: Importância da preservação dos ecossistemas locais.

Plantio de árvores: Organizar uma ação de plantio de árvores em parceria com uma empresa local.

Post no website: "Preservação dos ecossistemas: como podemos proteger a nossa biodiversidade".

Semana 3:

Post nas redes sociais: Dicas para redução do consumo de água.

Palestra em uma escola: Conscientizar os alunos sobre a importância da conservação da água e ensinar práticas de uso consciente.

Entrevista em uma rádio local: Destacar os resultados do programa até o momento e convidar a população para as próximas atividades.

Semana 4:

Post nas redes sociais: Destacar a importância da alimentação sustentável e consumo consciente.



Feira Ambiental: Realizar uma feira com stands de empresas locais e ONGs que promovem práticas sustentáveis.

Post no website: "Alimentação sustentável: como fazer escolhas que beneficiam a saúde e o meio ambiente".

Esse calendário de conteúdo e canais de divulgação é um exemplo para os dois primeiros meses do plano, visando promover diferentes aspectos da educação ambiental e envolver a comunidade de forma abrangente. O calendário pode ser adaptado e expandido para cobrir os meses subsequentes, com uma variedade de tópicos e atividades relacionadas à sustentabilidade e à conscientização ambiental.

Checklist de Cobertura e Acompanhamento do Programa

Definição de métricas e indicadores:

Estabelecer métricas e indicadores para medir o progresso e o impacto do programa, como número de participantes, alcance nas redes sociais, feedback do público, entre outros.

Monitoramento das atividades:

Acompanhar regularmente as atividades do programa, registrando os resultados alcançados e identificando eventuais desafios ou oportunidades de melhoria.

Coleta de dados e informações:

Garantir a coleta de dados relevantes para avaliar o impacto do programa, como pesquisas de opinião, registros de participação em eventos e atividades, dados de tráfego no website e nas redes sociais, entre outros.

Análise dos resultados:

Realizar análises periódicas dos dados coletados, identificando tendências, pontos fortes e áreas de melhoria. Comparar os resultados com os objetivos e metas estabelecidos.

Feedback do público:

Estabelecer mecanismos para coletar feedback e sugestões do público, seja por meio de pesquisas, formulários de avaliação ou interações nas redes sociais. Avaliar as percepções e necessidades do público em relação ao programa.

Comunicação interna e externa:

Manter uma comunicação regular e transparente com a equipe responsável pelo programa, compartilhando os resultados, desafios e próximas etapas. Divulgar as



realizações do programa para a comunidade e demais partes interessadas, por meio de relatórios, boletins informativos, artigos e entrevistas na mídia local.

Ajustes e melhorias:

Com base nos resultados, feedback do público e análise dos dados, realizar ajustes e melhorias contínuas no programa. Identificar oportunidades de otimização e implementar ações corretivas, visando maximizar o impacto e alcançar os objetivos estabelecidos.

Avaliação de parcerias:

Avaliar regularmente as parcerias estabelecidas com empresas, organizações não governamentais e entidades locais, verificando se estão contribuindo efetivamente para o programa. Identificar novas oportunidades de parcerias estratégicas.

Revisão do plano de ação:

Periodicamente, revisar o plano de ação do programa, considerando os resultados, lições aprendidas e mudanças no contexto ambiental. Atualizar metas, estratégias e atividades conforme necessário.

Prestação de contas:

Prestar contas à comunidade, parceiros e autoridades municipais, compartilhando os resultados e o impacto do programa. Compartilhar relatórios de progresso, histórias de sucesso e casos práticos que demonstrem o impacto das atividades do programa.

O uso deste checklist garantirá que o programa de educação ambiental seja adequadamente acompanhado e avaliado, permitindo ajustes e melhorias contínuas para alcançar resultados significativos em termos de conscientização, engajamento e adoção de práticas sustentáveis pela comunidade.

10.6. Conclusão:

Neste plano de comunicação, busca-se sensibilizar e engajar a comunidade na importância da educação ambiental, através de mensagens claras e atividades envolventes. Acredita-se no poder da educação ambiental para criar um futuro sustentável, incentivando aprendizado, compartilhamento de conhecimento e inspirando outros a se envolverem. Serão utilizados diversos canais, como redes sociais, palestras e eventos, e feitas parcerias com instituições locais para ampliar o alcance. Acreditar no potencial da comunidade em adotar práticas sustentáveis e buscar o



12. CONCLUSÃO

O planejamento ambiental é essencial para gerir os recursos ambientais de forma sustentável, por meio de normas, diretrizes e decisões lógicas. No entanto, no Município, ainda ocorrem diversas infrações ambientais, muitas vezes sem consequências para os infratores e com impactos ambientais significativos. É necessário adotar uma abordagem sistemática, participativa e transdisciplinar na gestão ambiental, envolvendo as comunidades locais de maneira efetivamente participativa. Modelos prontos e inflexíveis apresentam baixa adesão e sucesso.

A gestão participativa deve ser uma meta do município, assim como a aplicação das diretrizes apresentadas no Plano, bem como a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para uma melhor gestão dos recursos naturais locais. Planejar, monitorar, aprender e fiscalizar são responsabilidades dos gestores ambientais, mas sua maior responsabilidade está na construção de valores importantes que foram negligenciados pelo progresso. A consciência ecológica tem uma essência espiritual, na qual o indivíduo se sente conectado ao cosmos como um todo.

Este documento, como referência teórico-metodológica, deve ser revisado sempre que necessário para garantir a execução adequada do Plano Municipal de Educação Ambiental. Espera-se que os colaboradores e as comunidades envolvidas ampliem sua visão ambiental e melhorem sua conduta para uma convivência harmoniosa com as comunidades locais. Com esse programa educacional, espera-se capacitar todos os envolvidos a respeitar as bases ecológicas, culturais e experienciais das comunidades com as quais interagem.

13. CORPO TÉCNICO

Será definido mediante portaria. A equipe deverá contemplar um técnico de cada secretaria envolvida, contemplando as áreas social, ambiental e educacional.

14. REFERENCIAS

População residente de Palmeiras. Ibge. 2023. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/palmeiras.html#:~:text=737%2C454%20km²%20População,residente%2010.339%20pessoas%20](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/palmeiras.html#:~:text=737%2C454%20km%20Popula%C3%A7%C3%A3o,residente%2010.339%20pessoas%20). Acesso em: 17 de setembro de 2023.



BRASIL. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 5 de outubro 1988. Determina os direitos e deveres dos cidadãos e a organização do Estado. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. Lei Estadual nº 12.056, de 7 de janeiro de 2011. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, BA.

BRASIL. Lei Estadual nº 9.975, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, BA.

BAHIA. SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA. Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada - GAC. Disponível em: www.meioambiente.ba.gov.br. Acesso em 17 de setembro de 2023.

IBGE. Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Cadastro Nacional de Endereços para fins estatísticos – CNEFE 2010. Rio de Janeiro-RJ, 2013.

IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal 2012. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. População e Desenvolvimento - Sistematização das medidas e indicadores sociodemográficos oriundos da Projeção (preliminar) da população sexo e idade, método demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o período 1991/2030. DPE/Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BA/02/P02).

IBGE. Produção Agrícola Municipal 2012. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 17 de setembro de 2023.

MAGALHÃES, L. R; BARBOSA, P. S. O; OLIVEIRA, L. B. Saneamento Ambiental em Áreas Rurais: novas propostas de organização da sociedade. Anais XVI Encontro



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SUSTENTAVEL
Rua Aurelino José Pereira, 292
CNPJ: 13.922.638/0001-21



Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaços de diálogos e práticas, Porto Alegre, 2010.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. Riscos de Seca do Estado da Bahia. Salvador: SEI, 199. (Série Estudos e Pesquisas).

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000. Salvador: SEI, 2007. 268 P. IL. (Série Estudos E Pesquisas, 77).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1999.

DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental: práticas inovadoras de educação ambiental. 2ª ed. São Paulo. Editora Gaia, 2006.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo, Editora Gaia, 1992.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 3ª ed. São Paulo, Editora Gaia, 1994.

TRAVASSOS, E. G. A prática da educação ambiental nas escolas. Porto Alegre, Editora Mediação, 2004. 88 p.

ZEPPONE, R. M. O. Educação ambiental: teoria e práticas escolares. 1ª ed. Araraquara. JM Editora, 1999.

BECK, U. Risk society. London: Sage Publications, 1992.

KITAMURA, P.C. Agricultura e desenvolvimento sustentável: uma agenda para discussão. Ciência e Ambiente, v.4, n.6, p.37, jan/jun. 1993.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

REIGOTA MARCOS. O que é educação ambiental. São Paulo-SP. Brasiliense, 2001.